



Decisão 01500/2020-1 - 2ª Câmara

Processo: 06957/2017-7

Classificação: Atos Sujeitos a Registro - Aposentadoria

UG: IPAJM - Instituto de Previdência Dos Servidores do Estado do Espírito Santo

Relator: João Luiz Cotta Lovatti

Interessado: ALIXANDRE MAURICIO NETO

**ATOS SUJEITOS A REGISTRO –
APOSENTADORIA – ALIXANDRE MAURICIO
NETO – REGISTRO – DETERMINAR –
ARQUIVAR.**

O RELATOR EXMO. SR. CONSELHEIRO SUBSTITUTO JOÃO LUIZ COTTA LOVATTI:

Tratam os autos da apreciação da APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO do servidor em epígrafe, por meio da **Portaria 1462/2017** (fl. 145 – Peça 3), com fundamento no art. 3º, incisos I, II e III da Emenda Constitucional nº 47/2005.

Submetido ao Núcleo de Controle Externo de Registro de Atos de Pessoal - NRP, este verificou, em Instrução Técnica Conclusiva nº 526/2020-4, o cumprimento das condições para a presente concessão e a regularidade no cálculo dos proventos (fls. 151/153 – Peça 3).

O douto Ministério Público de Contas, por meio do Parecer 827/2020-7, manifesta-se no mesmo sentido (fls. 156 e 157 – Peça 3).

É o relatório.

O segurado ingressou no serviço público em 28/03/1990, e sob a égide do regime estatutário em 1º/10/2000 (fl. 120 – Peça 3) e aposenta-se no cargo de

MOTORISTA II-13, do quadro permanente do Serviço Civil do Poder Executivo Estadual.

Contava na data de sua aposentadoria com 60 anos de idade (fl. 108 – Peça 3), tempo de contribuição de 38 anos, 3 meses e 7 dias (fl. 145 – Peça 3), tempo no serviço público superior a 25 anos, tempo na carreira superior a 15 anos e tempo no cargo superior a 5 anos, em conformidade com as condições requeridas.

O Núcleo de Controle Externo de Registro de Atos de Pessoal – NRP aferiu o cálculo dos proventos de fl. 143 – Peça 3 e verificou sua regularidade.

Pelo exposto, encampando as razões acima mencionadas, acompanhando o posicionamento da área técnica e do Ministério Público de Contas, PROponho VOTO no sentido de que o Colegiado aprove a seguinte minuta de Decisão que submeto à sua consideração.

JOÃO LUIZ COTTA LOVATTI

Relator

1. DECISÃO TC-1500/2020-1:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos, **DECIDEM** os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, reunidos em sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo relator, em:

1.1. REGISTRAR a Portaria nº 1462/2017 (fl. 145 – Peça 3), que concede aposentadoria a ALIXANDRE MAURICIO NETO, a partir de **6/3/2017**, com proventos fixados em **R\$ 2.851,12** (fl. 143 – Peça 3).

1.2. DETERMINAR à unidade gestora no sentido de que promova a juntada no processo do(a) interessado(a) de cópia da decisão relativa ao registro desse ato, por parte deste Egrégio Tribunal de Contas.

1.3. ARQUIVAR os autos após o trânsito em julgado.

2. Unânime.

3. Data da sessão: 30/10/2020 - 39ª Sessão Ordinária da Segunda Câmara.

4. Especificação do quórum:

4.1. Conselheiros: Sérgio Manoel Nader Borges (presidente), Domingos Augusto Taufner e Luiz Carlos Ciciliotti da Cunha.

4.2. Conselheiro Substituto: João Luiz Cotta Lovatti (relator).

5. Membro do Ministério Público de Contas: Luciano Vieira.

CONSELHEIRO SÉRGIO MANOEL NADER BORGES

Presidente